

Segurança Pública e Democracia

Temperatura política em Brasília arrefeceu depois da prisão de Fabrício Queiroz. Para enfrentar ameaças de ruptura, precisamos aperfeiçoar o trabalho de polícias e instituições que compõem o campo da segurança pública no Brasil

No mês passado, o presidente Jair Bolsonaro fez ameaças e insinuações sobre uma possível ruptura democrática. Verdade ou blefe, o fato é que as declarações de Bolsonaro causaram um enorme estresse nos sistemas políticos e jurídicos. Muito se especulou sobre qual seria a postura das Forças Armadas e das Polícias numa situação limite. Para alívio de todos, desde a prisão de Fabrício Queiroz, a temperatura política arrefeceu.

A exemplo de outros líderes autocratas, Bolsonaro acredita que as urnas lhe conferiram poderes extraordinários para promover as mudanças propostas. Mas democracias não funcionam assim. Como escreveu Juan Linz, professor emérito da Universidade de Yale, não basta ser eleito democraticamente; é necessário que se governe democraticamente. Governar democraticamente diz respeito a acatar o sistema de freios e contrapesos e os limites impostos pelo Estado de Direito.

Definitivamente, voto não é o problema da nossa jovem democracia. Um dos traços marcantes da Nova República é a realização de eleições livres, limpas e competitivas. Salvo raras proibições, quase todos os brasileiros podem votar e serem votados. Nosso problema é a outra parte da formulação feita pelo professor Linz: governar democraticamente.

A atividade policial é aspecto fundamental para pensar a qualidade do Estado de Direito vigente no país. Há décadas temos notícias de abusos e arbitrariedades cometidas por policiais contra grupos politicamente desfavorecidos como negros, pobres e LGBTI's. Há anos, grupos de direitos humanos denunciam os elevados números de mortes por intervenção policial.

De forma alguma, podemos dizer que o quadro segue inalterado. Lideranças policiais e autoridades políticas têm se esforçado para mudá-lo. Foram criadas ouvidorias e corregedorias, e alguns estados mudaram radicalmente o treinamento policial e introduziram Procedimentos Operacionais Padrão para controlar a atividade policial. Mas falta ainda muito o que fazer.

Democracia não se resume a limitação contra o abuso de poder. Também é necessário promover direitos. Embora a Constituição Federal assegure, os presidentes, governadores e prefeitos eleitos nos últimos 30 anos, fracassaram em dar respostas satisfatórias aos problemas de violência, criminalidade e medo que afetam a vida dos cidadãos.

Apesar do quadro ruim, há exemplos de boas iniciativas. Na última década, surgiram planos estaduais promissores como o Pacto pela Vida, Estado Presente, Viva Brasília, dentre outros. O objetivo destes planos era melhorar a coordenação de ações e aumentar a integração operacional. Alguns municípios implantaram programas relativamente bem-sucedidos de prevenção de violências. Em 2018, finalmente foi a provada a criação do Sistema Único de Segurança Pública. Sabemos que é pouco, mas é um bom início.

A democracia não depende apenas do bom funcionamento das instituições de segurança pública. Mas a incapacidade do Estado brasileiro de promover segurança e de conter os abusos enfraquece nossa democracia e abre brechas para aventuras autoritárias. Se quisermos afastar de vez o medo de rupturas e retrocessos democráticos, precisamos trabalhar mais no aperfeiçoamento das polícias e de todas as instituições que compõem o campo da segurança pública no Brasil.

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-utgfh-8pvmm-inbv9-8tbin-a49xh-8p623-m7siq-gffj5-pbz9d-58ukz-pn3o6-vj75r-xdc2f-4ydkp-m2v-jvuuv-zrbme-g2zya-aymgx-debnm-zpryb-yqc45>

